

A CRISE BRASILEIRA
COLETÂNEA DE CONTRIBUIÇÕES DE
PROFESSORES DA PUC/SP



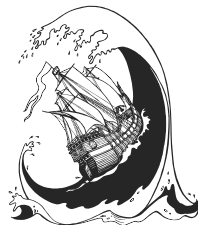
CONTRACORRENTE

LADISLAU DOWBOR
MARCELO MOSANER
(*Coordenadores*)

A CRISE BRASILEIRA
COLETÂNEA DE CONTRIBUIÇÕES DE
PROFESSORES DA PUC/SP

São Paulo

2016



CONIRACORRENTE

Copyright © EDITORA CONTRACORRENTE

Rua Dr. Cândido Espinheira, 560 | 3º andar
São Paulo – SP – Brasil | CEP 05004 000
www.editoracontracorrente.com.br
contato@editoracontracorrente.com.br

Editores

Camila Almeida Janela Valim
Gustavo Marinho de Carvalho
Rafael Valim

Conselho Editorial

Augusto Neves Dal Pozzo
(Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP)

Daniel Wunder Hachem
(Universidade Federal do Paraná - UFPR)

Emerson Gabardo
(Universidade Federal do Paraná - UFPR)

Gilberto Bercovici
(Universidade de São Paulo - USP)

Heleno Taveira Torres
(Universidade de São Paulo - USP)

Jaime Rodríguez-Arana Muñoz
(Universidade de La Coruña – Espanha)

Pablo Ángel Gutiérrez Colantuono
(Universidade Nacional de Comahue – Argentina)

Pedro Serrano
(Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP)

Silvio Luís Ferreira da Rocha
(Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP)

Equipe editorial

Carolina Ressureição (revisão)
Denise Dearo (design gráfico)
Mariela Santos Valim (capa)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

D744 DOWBOR, Ladislau; MONSANER, Marcelo et al.
A Crise Brasileira: Coletânea de contribuições de professores da PUC/SP | Ladislau Dowbor; Marcelo Monsaner (coordenadores) – São Paulo: Editora Contracorrente, 2016.
ISBN: 978-85-69220-15-2

1. Economia. 2. Crise. 3. Ciência Política. 4. Políticas Públicas. I. Título.

CDU - 330.33.01

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

SUMÁRIO

SOBRE OS AUTORES	7
INTRODUÇÃO	
LADISLAU DOWBOR E MARCELO MOSANER (COORD.)	11
SIGNIFICADO E PERSPECTIVAS DA CRISE ATUAL	
FÁBIO KONDER COMPARATO	21
A CRISE BRASILEIRA: SUA ALMA E SUA FACE	
ANTÔNIO CARLOS DE MORAES.....	35
A ECONOMIA POLÍTICA DA CRISE	
ANTÔNIO CARLOS ALVES DOS SANTOS	45
O DIA EM QUE O PT IMAGINOU QUE ERA AMIGO DOS INIMIGOS	
RUBENS SAWAYA	57
DOZE ANOS DE GOVERNO PT: O PREÇO DA NÃO ESCOLHA	
ROSA MARIA MARQUES E PATRICK RODRIGUES ANDRADE	73
A INSERÇÃO EXTERNA DA ECONOMIA BRASILEIRA A PARTIR DOS ANOS 1990 E OS DESAFIOS DA CRISE	
NORMA CRISTINA BRASIL CASSEB E CRISTINA HELENA PINTO DE MELLO..	93

LADISLAU DOWBOR, MARCELO MOSANER (COORD.)

**A CRISE DO CAPITALISMO E O AJUSTE FISCAL NO
BRASIL: IMPASSES NA SEGURIDADE SOCIAL E NA SAÚDE
PÚBLICA**

ÁQUILAS MENDES 119

**UMA AGENDA PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS: UM
DESAFIO NA CONJUNTURA DE CRISE DO PAÍS**

ANITA KON E ELIZABETH BORELLI 133

CRÔNICA DE UM (DES)AJUSTE ANUNCIADO

ANTONIO CORRÊA DE LACERDA 149

**ESTABILIZAÇÃO, GOVERNANÇA CORPORATIVA E
COMPRAS DO SETOR PÚBLICO**

LUIZ M. NIEMEYER..... 169

**RESGATANDO O POTENCIAL FINANCEIRO DO PAÍS:
PARA ALÉM DO AJUSTE FISCAL**

LADISLAU DOWBOR..... 185

SOBRE OS AUTORES

ANTÔNIO CARLOS ALVES DOS SANTOS

Professor Titular do Departamento de Economia na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e Coordenador do CEP-PUC/SP Monte Alegre.

ANTÔNIO CARLOS DE MORAES

Professor Titular do Departamento de Economia Política da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e do Programa de Estudos Pós-graduados em Economia Política da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP).

ANTONIO CORRÊA DE LACERDA

Professor-doutor e Coordenador do Programa de Estudos Pós-graduados em Economia Política da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP).

ANITA KON

Professora Titular e pesquisadora do Departamento de Economia e do Programa de Estudos Pós-graduados em Economia Política da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP).

LADISLAU DOWBOR, MARCELO MOSANER (COORD.)

ÁQUILAS MENDES

Professor Livre-docente de Economia da Saúde e de Estudos Pós-graduados da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP). Professor-doutor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Economia Política da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP).

CRISTINA HELENA PINTO DE MELLO

Professora de graduação no Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM).

ELIZABETH BORELLI

Professora-doutora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Coordenadora do Curso de Ciências Atuariais na PUC/SP. Professora do Programa de Estudos Pós-graduados em Economia Política da PUC/SP.

FÁBIO KONDER COMPARATO

Professor Emérito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Doutor Honoris Causa da Universidade de Coimbra.

LADISLAU DOWBOR

Professor Titular do Departamento de Economia e do Programa de Estudos Pós-graduados em Economia Política.

LUIZ MORAES DE NIEMEYER NETO

Professor Associado do Departamento de Economia e do Programa de Estudos Pós-graduados em Economia Política da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e da FACAMP. Segundo líder do grupo de pesquisa “Desenvolvimento Econômico e Política Econômica” do Departamento de Economia da PUC-SP.

A CRISE BRASILEIRA

MARCELO MOSANER

Mestre em Economia Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Graduado em Relações Internacionais pela PUC/SP.

NORMA CRISTINA BRASIL CASSEB

Professora Titular do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Chefê do Departamento de Economia da PUC/SP. Professora Titular Faculdades Integradas Rio Branco.

PATRICK RODRIGUES ANDRADE

Professor de graduação do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP).

ROSA MARIA MARQUES

Professora Titular do Departamento de Economia e do Programa de Estudos Pós-graduados em Economia Política da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Presidente da Associação Brasileira de Economia da Saúde.

RUBENS ROGÉRIO SAWAYA

Professor-doutor do Departamento de Economia e do Programa de Estudos Pós-graduados em Economia Política da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP).

INTRODUÇÃO

Em 2011, três matemáticos do Instituto Politécnico de Zurique mostraram que 48, dentre os 50 maiores conglomerados empresariais do mundo, eram grupos financeiros.¹ Em 2013 o valor total dos derivativos negociados no mundo era de 710 trilhões de dólares, cerca de dez vezes a produção mundial de bens e serviços. Em 2015 a atividade industrial na China atingiu o menor nível em 78 meses e, recentemente, a OCDE recenseou 47 milhões de desempregados em seus 34 países membros. Estas são apenas alguns dos dados relacionados por *Fabio Konder Comparato* no artigo que abre esta obra. O autor defende que a consolidação mundial do capitalismo financeiro é fator gerador de processo de desindustrialização geral que se encontra em curso, e provavelmente originará uma fase de estagnação econômica generalizada no futuro próximo.

Os dados reunidos por Comparato indicam que no Brasil a situação segue o mesmo padrão: se em 1995 a produção industrial representava 36% do PIB brasileiro, vinte anos após, esta proporção não ultrapassa 9%, ou o equivalente a um quarto da participação anterior. Também em 1995, os cinco maiores bancos do país (Itaú Unibanco, Bradesco, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Santander) controlavam 56% dos ativos financeiros do país, ao passo que em 2015 este número chegou a 86%. No primeiro semestre de 2015, enquanto o Produto

¹VITALI, Stefania; GLATTFELDER, James; BATTISTON, Stefano. “The network of global corporate control”. *PLoS ONE*, California, Outubro, 2011.

LADISLAU DOWBOR, MARCELO MOSANER (COORD.)

Nacional Bruto entrava em recessão, o lucro líquido contábil dos quatro maiores bancos do país crescia 46% em relação ao mesmo período do ano anterior. Ao mesmo tempo, o orçamento fiscal da União para 2016 sofreu corte de verbas em 7 programas sociais principalmente em áreas chave como saúde e educação, sendo que apenas 3,1% do déficit orçamentário é causado por despesas primárias, ao passo que 96,9% são representados pelos juros acumulados da dívida.

Sobre esta constelação de fatos econômicos cristaliza-se a tese de Comparato de que é necessário investigar as causas profundas da crise para então, seguindo a própria etimologia da palavra (do grego clássico), separar ou discernir, de um lado, e de julgar ou decidir, de outro. Separar e discernir o que está de fato ocorrendo: os Estados, que até o final do século XX eram reguladores das atividades dos bancos privados, tornaram-se seus reféns, sintoma este da mentalidade do individualismo privatista, próprio do capitalismo. Mas afinal, o que fazer? Uma vez que as irrupções anteriores contra o modo capitalista de produção geraram absolutização do poder estatal e deformação da mentalidade coletiva, conforme o caso maoísta e soviético, a opção que se mostra viável diante disso é proceder com alterações substanciais e duradouras tanto nas instituições de poder como na mentalidade coletiva, que necessitam de novos valores que se adequem melhor às necessidades humanas *latu sensu*. Comparato provê alguns encaminhamentos possíveis para o caso global – de modo mais abstrato – e para o caso brasileiro – contribuindo com pontos focais de mudança no ordenamento jurídico nacional.

Antonio Carlos de Moraes faz uma leitura da crise brasileira a partir das dificuldades da circulação do capital: ao passo que o processo de acumulação é dificultado, tais “empecilhos” como inquietações políticas e o “mau humor” de pessoas e mercados tornam-se – por meio de fortes mecanismos de controle ideológico capitaneados pela mídia – “verdades indiscutíveis” e a “única e derradeira face da crise”. É nesse sentido que o autor remonta ao argumento de Poulantzas², que explica

² POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1977.

A CRISE BRASILEIRA

porque a crise é traduzida apenas pelo seu conjunto de fenômenos aparentes, produzindo um ambiente em que os sacrifícios impostos para a população em geral devido a estas mazelas da crise tornam-se justificáveis – trata-se, na verdade, de ocultar o capital e crucificar o homem. Nada que não seja feito com “gráficos com pirotecnia, painéis com analistas acima de qualquer suspeita [e] reportagens sensacionalistas”, que “selam o diagnóstico, [e] validam a terapia”.

Moraes recupera o sentido da crise a partir de sua conceituação em *O Capital*, quando esta se manifesta como possibilidade geral da crise já na fase de circulação, e depois como tendência da taxa decrescente de lucro na fase de acumulação: as crises, quando eclodem, enquadram-se na categoria que Marx denominava de “causas reais da crise”, e é nessa fase em que sua essência “assume uma determinada forma, conquista sua aparência, ganha o status de causa real, mostra a sua face”. Sobre este pano de fundo o autor tece constatações sobre os “contornos” da face da crise sobre a economia brasileira, sugerindo encaminhamentos possíveis para tratar de sua face e de sua alma.

Para *Antonio Carlos Alves dos Santos*, responsabilizar o capital financeiro pelo controle da formatação do ajuste fiscal é uma tentativa “nada criativa” de desviar da questão: o ajuste fiscal é ou não necessário? O autor critica o diagnóstico social desenvolvimentista sobre as origens da crise econômica brasileira, sugerindo medidas necessárias para a retomada do crescimento com inclusão social. Para responder se o ajuste fiscal é de fato necessário, o autor remonta à Nova Matriz Macroeconômica para dizer por que apenas “esquecer o superávit primário, manter os gastos públicos e reduzir drasticamente a taxa de juros” pode dificultar ainda mais a situação econômica, levando à necessidade de um árduo ajuste pelo mercado num futuro breve. O autor defende que – embora melhor para o país – a opção de redução de gasto público sem aumento de impostos não é politicamente viável, devendo o governo focar na geração de um superávit primário suficiente para assegurar o compromisso da atual administração com o equilíbrio fiscal.

Alves dos Santos argumenta que o reconhecimento da existência de um desequilíbrio estrutural não necessariamente implica em um ‘novo

LADISLAU DOWBOR, MARCELO MOSANER (COORD.)

pacto social’, com a exclusão de direitos, advogando que a ênfase em melhorias na gestão, corrige distorções que produzem injustiças na alocação do recurso público. O autor cita o caso de propostas de alterações nas regras de acesso ao seguro-desemprego, abono salarial e pensão por morte e redução de subsídios de tarifas públicas, cujos maiores beneficiários acabam sendo os consumidores de maior renda, que fazem maior uso de tais serviços. Em suma, embora o foco no curto prazo deva ser, para o autor, a obtenção de superávit primário, tal política deve ser acompanhada da revisão estrutural da política industrial, comercial e do comércio internacional.

Para *Rubens Sawaya*, o PT chegou ao poder imaginando que poderia compor o pacto com as frações da burguesia que dominam a cena política e econômica há anos – essa mesma burguesia que se fortaleceu durante os anos de neoliberalismo e contribuiu com a desestruturação dos aparelhos de Estado em favor do rentismo e do capital transnacional. Por ingenuidade ou incompetência, o PT está sendo destroçado junto com a economia brasileira, mas para a burguesia dominante não haveria problema: será o PT (melhor, a “esquerda”) o autor da destruição do país ao mesmo tempo em que realiza sua autofagia?

No artigo “Doze anos de governo PT: o preço da não escolha”, *Rosa Maria Marques* e *Patrick Rodrigues Andrade* tecem uma vívida revisão das sequências de encadeamentos políticos e econômicos que ocorreram desde a eleição do Presidente Lula em 2002 até o mês de outubro de 2015. Tal análise permite ver com clareza o processo de mudança de expectativas dos agentes ao longo destes doze anos, desde o clima enérgico da vitória de Lula em 2002, com multidões com as bandeiras vermelhas do PT e seu discurso de posse em que “a esperança, finalmente, venceu o medo” até os acontecimentos recentes que, dentro do contexto de profunda crise política e econômica, permitiram à oposição a possibilidade da defesa explícita de impeachment de Dilma.

Nesta análise, Marques e Andrade enfocam nos limitantes da experiência petista a frente do Palácio do Planalto, principalmente nas contradições entre a ênfase na solução de problemas sociais sem um enfrentamento direto dos interesses das classes verdadeiramente responsáveis

A CRISE BRASILEIRA

por sua manutenção. Nesta retrospectiva, passam por tópicos essenciais à compreensão da crise atual, desde o continuísmo de Lula com relação ao tripé macroeconômico de FHC até a “forma criativa” com que Dilma tentou conciliar as exigências do Capital (mediante redução da taxa de juros, administração de preços e desvalorização do Real), passando também pelas expressivas conquistas sociais logradas ao longo das gestões Lula e Dilma e pelas repercussões da crise econômica iniciada em 2008 e seus reflexos na economia brasileira. Em 2014, a apertada reeleição de Dilma e o conservadorismo exacerbado do Congresso eleito moldaram um cenário difícil para a superação da crise. Sucederam a Operação Lava-Jato e uma “avassaladora campanha realizada pela grande mídia contra o governo”. Com o agravamento da situação econômica, emergiram neste ano a Agenda Brasil, a Reforma ministerial que transferiu poder ao PMDB, que “passou a controlar a maior parte do orçamento da União”. Enfim, houve o rebaixamento da nota de grau de investimento do país e o parecer desfavorável do Tribunal de Contas da União (TCU) às contas de 2014. Os autores equacionam estas faces da economia política nacional, concluindo que, mesmo que uma situação de desestabilização política “sem volta” não seja do interesse do grande capital doméstico e internacional, na ausência de um tratamento sistemático das grandes questões estruturais e ainda, sem um enfrentamento dos interesses deste capital, a margem de manobra resta extremamente limitada.

Norma Casseb e Cristina Pinto de Mello trabalham a crise a partir de uma sucessão de decisões políticas que geraram uma situação de desequilíbrio nas contas do governo e na balança de pagamentos. Para tal, as autoras examinam o processo de inserção externa da economia brasileira a partir dos anos noventa, concluindo que a crise atual tem “raízes estruturais” nascidas da decisão de assentar a economia no tripé de política econômica sem o cuidado de criar ambiente propício ao crescimento. A abertura financeira e a valorização cambial conduziram a um “crescente déficit em transações correntes”. Diante da ameaça de perder a reeleição, as correções estruturais foram adiadas, levando à situação atual, em que a estratégia de crescimento não estaria orientada ao estímulo do investimento e da poupança, pois a estabilidade de preços *per*

LADISLAU DOWBOR, MARCELO MOSANER (COORD.)

se não trouxe o esperado aumento nas taxas de investimento privado. Ademais, as autoras lembram que tampouco houve internalização de novas tecnologias e aumento da produtividade do trabalho e continuamos com grande gargalo logístico: é necessário mais cuidado aos estímulos ao consumo, uma vez que “a mudança no padrão de consumo deve decorrer do crescimento da renda e dos salários reais” e ainda, é necessário lembrar que, afinal, “A desindustrialização brasileira não decorre de uma alteração no consumo das famílias em favor da demanda por serviços”.

Não será fácil, contudo. Casseb e Mello apontam que o câmbio elevado – embora tenha promovido rápido ajuste em conta corrente – tem consequências sobre a inflação e não se sustenta no longo prazo. Outro desafio apontado é “enfrentar os limites econômicos das escolhas políticas”, sugerindo que é necessário fazer o ajuste de contas, pois há limites para a geração de déficits, mesmo que isso gere perdas significativas para o trabalhador. Ademais, faz-se necessário alongar a composição da dívida pública, de modo a limitar “substantivamente” a venda de títulos pós-fixados vinculados à Selic.

Aquilas Mendes analisa os impasses no financiamento da seguridade social e da saúde pública brasileira e o aumento de sua mercantilização no contexto do capitalismo contemporâneo em crise e do ajuste fiscal no Brasil. O autor apresenta diversas evidências do crescente subfinanciamento da saúde pública no Brasil: a começar pelo fato que a proporção do PIB destinado a saúde pela Emenda Constitucional n. 29 é baixa para padrões internacionais (3,9% em 2014, menos da metade da média dos países europeus). Tal montante é ainda mais reduzido com a alteração da base de cálculo previsto pela Emenda Constitucional n. 86/2015 que instituiu o “Orçamento Impositivo”. Estimativas apontam para uma redução de recursos da ordem de R\$ 9 bilhões já em 2016. É sobre esta reduzida base que incide o Ajuste Fiscal, reduzindo o orçamento aprovado para a saúde de R\$ 103,2 para R\$ 90,3 bilhões. Ademais, a não aplicação do Artigo 55 das Disposições Constitucionais Transitórias faz com que se perca a oportunidade de direcionar 30% dos orçamentos da Seguridade Social para o SUS, e a DRU – Desvinculação de Receitas da União – mecanismo criado em 1994 e renovado a cada

A CRISE BRASILEIRA

quatro anos – retira 20% das despesas de seguridade social (saúde, previdência e assistência social) e as transfere para pagamento de juros da dívida. A PEC 87/2015 prorroga a DRU por mais 8 anos – o dobro do prazo praticado até então – e aumenta o percentual das receitas da Seguridade Social de 20% para 30%.

Para Áquilas Mendes, estes e outros dispositivos já aprovados e em tramitação no governo federal brasileiro evidenciam a subjugação da saúde pública aos interesses do capital financeiro, epitomizado pela necessidade de “assegurar uma escala de superávit primário condizente com as exigências do mundo da finança”. O autor relaciona também a aprovação da Lei n. 13.097/2015, que permite ao capital estrangeiro explorar hospitais e clínicas (inclusive filantrópicos) por meio da permissão de aquisição das Santas Casas – instituição que basicamente é financiada pelo Estado brasileiro – e o problema do crescimento acentuado de renúncia fiscal concedido ao setor farmacêutico e saúde privada, que salta de R\$ 3,7 bilhões em 2003 para quase R\$ 20 bilhões em 2010.³

Segundo Mendes, o pagamento para juros e amortizações da dívida correspondeu a 45,1% do orçamento executado pelo governo Federal em 2014, fato que *per se* justifica a auditoria da dívida como fez o Equador, que conseguiu declarar cerca de 70% da dívida ilegal em processo consultivo com parlamentares de vários países. A pergunta afinal é “a quem interessa o subfinanciamento do nosso sistema de saúde e o fortalecimento do setor privado, inclusive com a participação das empresas estrangeiras?”.

Para Anita Kon e Elizabeth Borelli, o presente quadro de estagnação econômica, originado na crise econômica internacional e reforçado pela política interna anticíclica, pode ser superado por meio da integração de políticas públicas nos diversos níveis em torno de objetivos estruturais no longo prazo, paralelamente ao ajuste fiscal, monetário e cambial, que são prioritários. Para as autoras, o aumento de impostos via CPMF apenas

³ MENDES, Áquilas; WEILLER, J. A. B. “Renúncia fiscal (gasto tributário) em saúde: repercussões sobre o financiamento do SUS”. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, vol. 39, pp. 491-505, 2015.

LADISLAU DOWBOR, MARCELO MOSANER (COORD.)

realimentará a inflação e a alta da taxa de juros, prolongando o déficit fiscal: é necessário diminuir o tamanho da máquina administrativa e as despesas supérfluas mantidas após esta “tímida reforma ministerial”, arquitetada com objetivo de recomposição política das forças de apoio ao governo com vistas a evitar o impeachment.

Para as autoras, o primeiro passo para a retomada do crescimento seria a obtenção de consenso político para realizar um ajuste fiscal focado numa redução suficientemente ampla de gastos que permita eliminar o déficit fiscal, de modo a recuperar o grau de investimento, assim permitindo o financiamento externo de investimentos produtivos a juros mais competitivos. Todavia, no médio e longo prazo, uma política de diminuição da taxa de juros se faz necessária, assim como a manutenção de uma taxa de câmbio competitiva para a indústria nacional e uma melhor integração logística das cadeias de valor internamente e no plano internacional. A retomada de programas de concessão e parcerias público-privadas na área de infraestrutura é saudada pelas autoras, que defendem que a demanda reprimida destes setores poderia dar o pontapé inicial à retomada do crescimento.

Antonio Corrêa de Lacerda aponta como o debate acerca do ajuste fiscal tem restringido a discussão mais ampla do conjunto das alternativas de política econômica. O autor assinala que a elevação “brutal” da taxa básica de juros inviabiliza o ajuste por diversos motivos, como a redução na demanda efetiva pela ótica da retração do investimento público e devido ao encarecimento do crédito, que trava a atividade econômica e gera queda na arrecadação. O resultado fiscal primário – seja este obtido pelo corte de gastos ou elevação de receitas – será consumido pelo custo de financiamento da dívida pública. Lacerda defende, portanto, que precisamos de alternativas para sair deste tripé macroeconômico, “armadilha em que estamos presos há uma década e meia”, demonstrando que quando o tema é a taxa de juros o Brasil anda na contramão dos demais países do mundo, afinal, somos o único país que elevou a taxa de juros na crise. Apenas em 2015, o Brasil pagou cerca de R\$ 525 bilhões, ou 9% do PIB aos credores da dívida pública.

Luiz Niemeyer analisa dois aspectos da atual conjuntura econômica apresentando uma leitura crítica e propondo alternativas. Primeiramente,

A CRISE BRASILEIRA

o ajuste fiscal e suas implicações são analisadas sob a ótica da teoria macroeconômica estruturalista. Em segundo lugar, os desdobramentos econômicos da operação Lava Jato são debatidos, mais especificamente a questão da governança corporativa das empresas públicas e a questão das compras do governo e seu papel na economia do país.

Ladislau Dowbor descreve os mecanismos pelos quais o excessivo grau de financeirização da economia atravanca o processo de desenvolvimento econômico, acirrando a desigualdade. De modo geral, as altas taxas de juros dos produtos de crédito disponíveis para o consumidor – pessoa física – acabam esterilizando o impacto dinamizador da economia pela demanda devido ao excesso de endividamento das famílias, ao passo que os juros elevados para a pessoa jurídica travam o investimento. “O empresário efetivamente produtivo já enfrenta a fragilidade da demanda e pode simplesmente aplicar na dívida pública”. A manutenção da taxa Selic elevada fecha o ciclo, provocando a transferência de centenas de bilhões dos cofres públicos para o mercado financeiro, por sua vez reduzindo drasticamente a capacidade do Estado de investir em políticas sociais e infraestruturas. A ciranda se completa com um sistema tributário que onera sobremaneira o consumo popular e pelas práticas de evasão de divisas para os paraísos fiscais. Ao final, “temos esta estranha situação de um PIB que estagna e de lucros financeiros que se agigantam”. As recomendações seguem no sentido de uma reforma financeira no sentido amplo, muito além das propostas de ajuste fiscal.

Informação bibliográfica deste texto, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

DOWBOR, Ladislau; MONSANER, Marcelo. “Introdução”. In: DOWBOR, Ladislau; MONSANER, Marcelo (Coord.). *A Crise Brasileira: Coletânea de contribuições de professores da PUC/SP*. São Paulo: Editora Contracorrente, 2016, pp. 07-15. ISBN. 978-85-69220-15-2.
